

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Apostas

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva está convencido de que quanto mais polemizar com os Bolsonaro, mais terá a ganhar. Daí, a citação a Eduardo no discurso de abertura da reunião ministerial. Só tem um probleminha: os bolsonaristas avaliam que a tensão entre o Executivo brasileiro, o Judiciário, e o governo Donald Trump ainda vai piorar muito antes de melhorar.

E aí?

Apesar da presença do presidente do MDB, Baleia Rossi, no aniversário de 20 anos do Republicanos, interlocutores do partido de Marcos Pereira disseram que a federação não está fechada ainda. O Republicanos quer resolver algumas pendências estaduais entre as legendas e saber se o MDB vai desembarcar do governo Lula.

Tem ministro...

... mas nunca foi da base. Parlamentares do Republicanos disseram que quando Sílvio Costa Filho foi convidado para comandar o Ministério de Portos e Aeroportos, o presidente da legenda, Marcos Pereira, deixou claro que era um chamamento pessoal, e não uma parceria do partido com o governo.

Muita calma nessa hora

Aliados do governo falaram à coluna que o PT quase “atrapalhou de novo” a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS ao tentar apoiar o deputado Paulo Pimenta (PT-RS) como vice-presidente, e não o deputado aliado Duarte Jr. (PSB-MA). Na visão de quem torce pelo sucesso do governo, o momento exige um deputado calmo e que tenha mais diálogo do que um com perfil mais combativo.

E o IR?

Tem reunião marcada para esta semana entre a ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, e os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), a fim de definir um calendário de votação do projeto de isenção do Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 5 mil. Mas, nos bastidores, se diz que esse tema só entrará em pauta para valer quando houver acordo e só deve ser colocado quando houver garantia de aprovação.

O recado cristalino de Eduardo

Dos Estados Unidos, onde acompanha os processos contra o ex-presidente Jair Bolsonaro, o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) alerta quem escolherá o substituto de seu pai numa corrida presidencial, “se houver necessidade”. Em suas redes sociais, ele traz uma foto do ex-presidente ladeado pelos quatro filhos: o deputado, o senador Flávio (PL-RJ) e os vereadores Carlos Bolsonaro e Jair Renan. Até aqui, o que se sabe é que essa decisão do substituto de Bolsonaro será tomada em conjunto por eles, sem pressões. A família sabe que, hoje, Bolsonaro tem capacidade de transferência de votos e condições de colocar seu candidato num segundo turno. E, nesse

sentido, o mais seguro, na avaliação de quem acompanha de perto os movimentos do clã, é ter o sobrenome da família na urna.

» » »

Ação e reação/ Quanto mais os governadores, inclusive o de São Paulo, Tarcísio de Freitas, se apresentarem — especialmente, nesse período tenso em que o ex-presidente espera por seu julgamento —, mais Bolsonaro se afastará dessas pré-candidaturas. Quem se apressar, na visão dos filhos do presidente, tem mais a perder do que a ganhar.



CURTIDAS

Fabio Rodrigues-Pozeborn/Agência Brasil

A culpa é do Rui! Se tem algo que incomoda muito os parlamentares, é fechar um acordo com os líderes do governo pela aprovação e, depois, ver o projeto vetado no Planalto. No governo Dilma Rousseff, muita gente reclamava que isso era uma constante. Agora, tem voltado a ocorrer. Os parlamentares creditam isso ao ministro da Casa Civil, Rui Costa (foto).



Nome trocado! A coluna trocou as bolas no último sábado. Na verdade, quem teve um projeto vetado integralmente pelo Palácio do Planalto depois de ter feito um acordo para veto parcial com o líder do governo, Jaques Wagner, não foi o deputado Beto Pereira (PSDB-MS). Foi o senador Carlos Portinho (PL-RJ).

A esperança! Portinho defende que 22 municípios do Rio de Janeiro, que sofrem com estiagem, sejam classificados como semiárido e, assim, possam ter garantidos os benefícios da região nordestina, mesmo sem serem incluídos na Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste). Agora, Portinho vai conversar com o deputado estadual do Rio André Ceciliano, secretário no Planalto, para tentar reverter o veto.

Justa homenagem! O ex-presidente José Sarney será homenageado, hoje, pelo Conselho Federal de Enfermagem (Cofen). Em 1986, Sarney sancionou a lei que regulamentou o exercício do profissional da enfermagem no Brasil. A solenidade será no Edifício Anna Nery (em frente à estação de metrô da 108 Sul), às 9h.

A palavra do decano! Próximo do evento que homenageia Sarney, o ministro Gilmar Mendes abre o seminário econômico do Lide. É no hotel Royal Tulip, às 8h.

TRAMA GOLPISTA

PF quer “colar” em Bolsonaro

Corporação argumenta que agente na casa do ex-presidente impede, de fato, que ele não tente buscar asilo na Embaixada dos EUA

» FABIO GRECCHI
» VANILSON OLIVEIRA

Fabio Rodrigues-Pozeborn/Agência Brasil



Decisão de Moraes é para que os policiais penais não constriam o ex-presidente nem incomodem a vizinhança

A Polícia Federal (PF) solicitou, ao Supremo Tribunal Federal, a colocação de um agente dentro da casa de Jair Bolsonaro para, efetivamente, impedir uma eventual fuga. Em manifestação à Corte, a corporação argumenta que essa seria a melhor maneira de monitorar o ex-presidente e cumprir de forma eficiente o reforço na vigilância, determinado ontem pelo ministro Alexandre de Moraes, do STF, que concordou com as considerações da PF e da Procuradoria-Geral da República (PGR) que de ele poderia asilar-se na Embaixada dos Estados Unidos.

Moraes ainda não decidiu sobre a solicitação da PF e encaminhou-a à PGR, em consulta se a medida é cabível. Segundo os federais, somente a colocação de agentes da Polícia Penal nas imediações do condomínio onde Bolsonaro mora — ele cumpre prisão domiciliar — não afastaria o risco de ele ser acolhido pela representação norte-americana. Isso porque,

caso haja algum problema na internet, o sinal emitido pela tornozeleira eletrônica que o ex-presidente tem de usar não chegaria à central

de monitoramento.

A PF adverte que, havendo a interrupção no rastreamento no equipamento, “as violações somente

seriam informadas por relatório aos operadores do sistema após o retorno do sinal, o permitiria tempo hábil para que o custodiado

empreendesse uma fuga”. Nesse sentido, o monitoramento eletrônico, mesmo com equipes de prontidão em tempo integral, não constitui medida impeditiva à fuga do custodiado”, frisa a corporação, que sugere a adoção do mesmo esquema utilizado com o juiz Nicolau dos Santos Neto — envolvido no esquema de desvio de dinheiro para a construção do Fórum Trabalhista de São Paulo, em 1998 — para o cumprimento da prisão domiciliar.

Pela decisão de Moraes, emitida antes da nova argumentação da PF, a determinação é para que o monitoramento de Bolsonaro seja feito com discrição, proibindo exposição pública ou ações que perturbem os demais moradores do condomínio em que o ex-presidente mora. “O monitoramento realizado pelas equipes da Polícia Penal do Distrito Federal deverá evitar a exposição indevida, abstendo-se de toda e qualquer indiscrição, inclusive midiática, sem adoção de medidas intrusivas da esfera domiciliar do réu”, salienta, acrescentando que deverá ser monitorado “em tempo real”. O ministro afirma,

ainda, que as medidas “revelam-se absolutamente necessárias e adequadas (...) sem que haja qualquer agravamento da situação do réu”.

A decisão de Moraes foi motivada por um ofício do deputado Lindbergh Farias (PT-RJ), encaminhado à PF, no qual relata informações sobre uma possível tentativa de fuga de Bolsonaro. O ex-presidente cumpre prisão domiciliar desde 4 de agosto, depois de descumprir medidas cautelares determinadas pelo STF. Além do uso obrigatório de tornozeleira, está proibido de fazer publicações nas redes sociais, de manter contato com outros investigados e de se aproximar de embaixadas e consulados. A Secretaria de Administração Penitenciária do Distrito Federal já foi avisada da determinação de Moraes.

O julgamento de Bolsonaro e mais sete integrantes do seu governo começam a ser julgados, em 2 de setembro, por arquivarem um golpe de Estado para impedir a posse de Luiz Inácio Lula da Silva, depois das eleições presidenciais de 2022.

CONGRESSO

PL da Adultização: Dino cobra motivo da votação de urgência

» ALÍCIA BERNARDES

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou que o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), apresente esclarecimentos, em até 10 dias, sobre o processo de aprovação do regime de urgência para tramitação do projeto de lei que trata da proteção de

crianças e adolescentes em ambientes digitais — o PL da Adultização. A medida foi adotada em ação movida pelo deputado Marcos Pollon (PL-MS).

O parlamentar pediu ao Supremo a anulação da decisão da Mesa Diretora da Câmara, que recebeu e aprovou o requerimento de urgência. A votação, ocorrida em 19 de agosto, foi feita de forma

simbólica, sem registro nominal dos votos, o que gerou protestos da oposição. Motta justificou que não havia requerimento para votação nominal no momento em que a urgência foi aprovada.

Depois do episódio, o presidente da Câmara afirmou que a decisão estava tomada e que o mérito da proposta seria votado no dia seguinte. O texto foi aprovado em plenário e encaminhado ao Senado. A oposição, no entanto, acusa que houve atropelo do processo legislativo.

Na ação, Pollon sustenta que parlamentares tentaram solicitar a

votação nominal, mas foram impedidos por Motta, em uma conduta que, segundo o parlamentar, viola a Constituição. O deputado classificou o episódio como “um verdadeiro atropelo do processo legislativo, deslegitimando e maculando toda a evolução do projeto de lei”.

A petição também menciona pronunciamento da deputada Júlia Zanatta (PL-SC), que acusou o presidente da Câmara de aprovar simbolicamente o requerimento de urgência com o plenário vazio. “Hugo Motta covardemente atropelou a urgência e mandou um aprovado simbolicamente, o projeto que jura

defender as crianças em ambientes digitais, mas não passa de mais censura”, disse.

O caso foi distribuído a Dino, que considerou “indispensável” a manifestação da Câmara antes de qualquer decisão. “Reputo indispensável a prévia apresentação das informações pela autoridade apontada como coatora, a fim de viabilizar exame cauteloso e adequado das alegações deduzidas pelo Impetrante”, afirmou.

O ministro também encaminhou a petição à Advocacia-Geral da União (AGU), para que se manifeste caso considere necessário.

» PL sobre INSS deve ser votado

A Câmara dos Deputados deve votar, hoje, o projeto de lei que acaba com descontos não autorizados em benefícios do INSS. O texto tramita em urgência desde maio, mas a falta de consenso sobre a matéria e a prioridade para o PL da Adultização, na semana passada, atrasaram a votação. A expectativa dos líderes que participaram de uma reunião com o relator Danilo Forte (União-CE) era de que o texto fosse votado, mas não houve acordo.